

SUMÁRIO

Introdução.....	13
-----------------	----

Capítulo I

Sistema de Referência Metodológico, 21

1.1. Ciência: sujeito, objeto e método.....	21
1.1.1. Sistema.....	25
1.1.2. Classificação.....	26
1.1.3. Conceituação.....	28
1.2. A Semiótica.....	31
1.2.1. O signo.....	31
1.2.1.1. Signos x língua.....	33
1.2.1.2. Classificação dos signos.....	34
1.2.1.3. A importância do sujeito na questão dos signos.....	34
1.2.2. Sintática, Semântica e Pragmática.....	36
1.2.3. O conceito de linguagem.....	38
1.2.4. As funções, formas e tipos da linguagem.....	40
1.2.5. Hierarquia de linguagens – formalização e desformalização.....	41
1.2.6. Texto e contexto.....	43
1.3. A Lógica e o Direito.....	43

Capítulo II

Sistema de Referência Jurídico – O Direito Tributário, 47

2.1. Sistema do direito positivo e sistema da ciência do direito.....	47
2.1.1. A norma jurídica.....	51
2.1.1.1. Norma jurídica – aspecto sintático.....	52
2.1.1.2. Norma jurídica – aspecto semântico.....	55
2.1.1.3. Norma jurídica – aspecto pragmático.....	56
2.1.2. Classificação das normas.....	57
2.1.2.1. Normas jurídicas primárias e secundárias.....	58

2.1.2.2. Norma jurídica primária dispositiva e norma jurídica primária sancionadora.....	58
2.1.2.3. Norma jurídica abstrata e concreta.....	59
2.1.2.4. Norma jurídica geral e individual.....	60
2.1.2.5. Regras de estrutura e regras de comportamento.....	61
2.1.2.6. Normas jurídicas tributárias e não tributárias.....	61
2.1.3. Princípios jurídicos.....	62
2.1.3.1. Conceito de princípio. Princípio jurídico.....	62
2.1.3.2. Princípio como valor inserto em normas jurídicas.....	64
2.1.1.3. Princípio como limitação ao poder de tributar.....	66
2.1.3.4. A identificação de um princípio.....	67
2.1.3.5. Função.....	68
2.1.3.6. Classificação.....	69
2.1.3.7. Princípios jurídicos.....	69
2.1.4. Validade, vigência e eficácia.....	70
2.2. O Direito Tributário.....	74
2.2.1. Conceito de tributo.....	75
2.2.2. Obrigação principal e deveres instrumentais.....	79
2.2.3. O tributo na Constituição – Carta de Competências – Competência Tributária x Capacidade Tributária Ativa.....	79
2.3. Classificação Jurídica dos Tributos.....	81
2.3.1. Classificação jurídica dos tributos.....	81
2.3.2. Impostos, taxas e contribuição de melhoria.....	83
2.3.3. Os impostos.....	84
2.3.4. As taxas.....	86
2.3.5. A contribuição de melhoria.....	86
2.3.6. As contribuições sociais.....	86
2.4. Regra-Matriz de Incidência.....	88
2.4.1. A regra-matriz de incidência e as demais normas jurídicas em sentido amplo.....	89
2.4.2. A regra-matriz de incidência e a Constituição.....	90
2.4.2.1. A materialidade na Constituição.....	92

2.4.2.2. A espacialidade, na Constituição.....	93
2.4.2.3. O aspecto temporal na Constituição.....	93
2.4.2.4. Os sujeitos, na Constituição.....	94
2.4.2.5. A quantificação dos tributos, na Constituição.....	95
2.4.3. O Critério Material.....	96
2.4.3.1. A incorreção da expressão fato gerador.....	97
2.4.4. O critério espacial.....	98
2.4.5. O critério temporal.....	99
2.4.6. O critério pessoal – sujeito ativo.....	100
2.4.6.1. Parafiscalidade.....	101
2.4.7. O critério pessoal – sujeito passivo.....	101
2.4.8. O critério quantitativo – base de cálculo e alíquota.....	104
2.4.9. Fenomenologia de incidência da norma jurídica tributária.....	107
2.5. Responsabilidade tributária.....	109
2.5.1. Acepções do vocábulo “responsabilidade” no CTN.....	109
2.5.2. Responsabilidade tributária e responsabilidade civil.....	114
2.5.3. Responsável e Contribuinte.....	116
2.5.4. Um conceito de responsabilidade.....	116
2.5.5. A fenomenologia da responsabilidade.....	117
2.6. Substituição tributária.....	119
2.6.1. A atribuição de responsabilidade pelo crédito tributário.....	124
2.6.2. A uma terceira pessoa (que não o contribuinte).....	125
2.6.3. Vinculada, por alguma forma, ao fato jurídico tributário.....	128
2.6.4. Excluindo-se, total ou parcialmente, a responsabilidade do Contribuinte.....	130
2.6.5. Podendo ocorrer antes, concomitantemente ou após o fato jurídico tributário.....	131

2.6.6. Sendo, uma de suas manifestações, a retenção na fonte.....	132
2.6.7. Instrumento de política do direito.....	132
2.7. A Solidariedade.....	134

Capítulo III

As Contribuições Sociais destinadas ao Financiamento da Seguridade Social, 139

3.1. A Seguridade Social.....	139
3.2. Fundamento constitucional.....	139
3.3. O artigo 195 da Constituição, antes da Emenda Constitucional nº 20/98.....	142
3.4. As Regras-matrizes de incidência das contribuições sociais incidentes sobre a folha de salários e rendimentos do trabalho, instituídas pela lei nº 8.212/91.....	144
3.5. A Evolução Legislativa – Artigo 31 da Lei Nº 8.212/91.....	146

Capítulo IV

A “Solidariedade”,149

4.1. A “solidariedade” prevista no artigo 30, inciso VI, da lei nº 8.212/91.....	149
4.1.1. A norma jurídica primária “A”.....	150
4.1.2 A norma jurídica primária “B”.....	155
4.1.3. A norma jurídica primária “C”.....	157
4.1.4. A norma jurídica primária “D”.....	159
4.1.5. A norma jurídica secundária “A”.....	160
4.1.6. A norma jurídica secundária “B”.....	162
4.1.7. A norma jurídica secundária “C”.....	162
4.1.8. A norma jurídica secundária “D”.....	163

Capítulo V

A Norma Jurídica Primária, 165

5.1.1. A Hipótese Normativa da Substituição Tributária...	167
5.1.1.1. A cessão de mão-de-obra.....	167
5.1.1.1.1. A colocação de segurados à disposição do contratante.....	170
5.1.1.1.1.1. A relação 1 – a prestação de serviços.....	175
5.1.1.1.1.2. A relação 2 – relação de emprego.....	186
5.1.1.1.1.3. A relação 3 – o trabalhador e o tomador dos serviços.....	194
5.1.1.1.2. Em suas dependências ou nas de terceiros.....	199
5.1.1.1.3. Que realizam serviços contínuos.....	202
5.1.1.1.4. Relacionados ou não com a atividade-fim da empresa.....	204
5.1.1.1.5. Empreitada de mão-de-obra.....	204
5.1.1.1.6. Contratação de trabalho temporário.....	212
5.2. O Conseqüente Normativo.....	214
5.2.1. A obrigação de dar.....	214
5.2.2. De direito administrativo tributário.....	214
5.2.3. A relação jurídica.....	214
5.2.4. O objeto da obrigação.....	215
5.2.5. O recolhimento é feito em nome do cedente de mão-de-obra.....	215
5.2.5.1. A atribuição de responsabilidade, pelo crédito tributário.....	216
5.2.5.2. A uma terceira pessoa (que não o sujeito passivo).....	216
5.2.5.3. Vinculada, por alguma forma, ao fato jurídico tributário.....	216
5.2.5.4. Excluindo-se, total ou parcialmente, a responsabilidade do sujeito passivo (artigo 128 do Código Tributário Nacional).....	218

5.2.5.5. Podendo ocorrer antes, concomitantemente ou após o fato jurídico tributário.....	218
5.2.5.6. Sendo, uma de suas manifestações, a retenção na fonte.....	220
5.2.5.7. Do valor correspondente a onze por cento do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços.....	221
5.2.6. A pragmática.....	222

Capítulo VI

Uma Norma Jurídica Secundária, 235

6.1. O antecedente da norma jurídica secundária.....	236
6.2. O conseqüente da norma jurídica secundária.....	238
6.2.1. O juro de mora.....	238
6.2.1.1. A taxa SELIC.....	241
6.2.2. A multa.....	241
6.2.3. A correção monetária.....	243

Capítulo VII

A Regulamentação da Lei nº 8.212/91, 249

7.1. A regulamentação do regime de substituição tributária (retenção).....	250
7.2. A regulamentação do regime de solidariedade na construção civil.....	270
7.2.1. Retenção de 11% para liberação da responsabilidade solidária.....	278

Capítulo VIII

Inconstitucionalidades e Ilegalidades da Regulamentação, 281

8.1. Crítica à lista de serviços sujeitos à retenção.....	281
---	-----

Capítulo IX

Conclusões, 305

9.1. Premissas.....	305
9.1.1. Premissas metodológicas.....	305
9.1.2. Premissas jurídicas (Item 2.1).....	307
9.1.3. Premissas jurídicas (Item 2.2).....	311
9.1.4. Premissas jurídicas (Item 2.3).....	312
9.1.5. Premissas Jurídicas (Item 2.4).....	313
9.1.6. Premissas Jurídicas (Item 2.5).....	317
9.1.7. Premissas Jurídicas (Item 2.6).....	319
9.1.8. Premissas Jurídicas (Item 2.7).....	320
9.2. Conclusões.....	321
Bibliografia.....	331